

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

DE REGISTRO DE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

Nº DA SOLICITAÇÃO: MR063321/2015



Fabiana Reis Pastorello
Matricula 2170688
Agente Administrativo
MTE/SRTE/SP-SERET

SIND DOS EMPREG VENDE VIAJANTES NO COM EST SAO PAULO, CNPJ n. **61.726.618/0001-28**, localizado(a) à Rua Santo Amaro, 255, 255, 1º andar, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01315-903, representado(a), neste ato, por seu Presidente, Sr(a). **EDSON RIBEIRO PINTO**, CPF n. 004.225.768-91 e por seu(s) PROCURADOR(ES), Sr(a). **NIVALDO PESSINI**, CPF n. 020.104.968-68, Sr(a). **ALEXANDRE PAZERO**, CPF n. 086.759.198-67, conforme procuração para este fim anexada ao presente documento e deliberação da (s) Assembléia (s) da Categoria, realizada (s) em 01/04/2015 no município de São Paulo/SP;

E

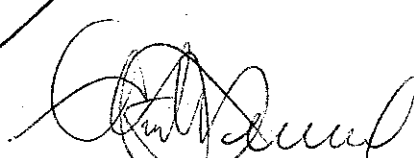
SINDICATO NACIONAL DOS ADMINISTRADORES DE CONSORCIO, CNPJ n. 43.058.148/0001-90, localizado(a) à Rua Avanhandava, 126, 126, 5 andar, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01306-901, representado(a), neste ato, por seu Diretor, Sr(a). **LUIS CARLOS TOSCANO JUNIOR**, CPF n. 107.792.278-75 e por seu(s) PROCURADOR(ES), Sr(a). **MARILIA TEREZINHA DE CASTRO VALENTE**, CPF n. 014.567.218-28, conforme procuração para este fim anexada ao presente documento e deliberação da (s) Assembléia (s) da Categoria, realizada (s) em 14/07/2015 no município de São Paulo/SP;

nos termos do disposto na Consolidação das Leis do Trabalho e na Instrução Normativa nº 16, de 2013, da Secretaria de Relações do Trabalho, reconhecem como válido e requerem o REGISTRO DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO transmitida ao Ministério do Trabalho e Emprego, por meio do sistema MEDIADOR, sob o número MR063321/2015, na data de 08/12/2015, às 14:58.

08 de dezembro de 2015.


EDSON RIBEIRO PINTO
Presidente

SIND DOS EMPREG VENDE VIAJANTES NO COM EST SAO PAULO


NIVALDO PESSINI
Procurador

SIND DOS EMPREG VENDE VIAJANTES NO COM EST SAO PAULO



ALEXANDRE PAZERO
Procurador

SIND DOS EMPREG VENDE VIAJANTES NO COM EST SAO PAULO



MARÍLIA TEREZINHA DE CASTRO VALENTE
Procurador

SINDICATO NACIONAL DOS ADMINISTRADORES DE CONSORCIO



LUIS CARLOS TOSCANO JUNIOR
Diretor

SINDICATO NACIONAL DOS ADMINISTRADORES DE CONSORCIO

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

2015/2017

Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio no Estado de São Paulo, com sede à Rua Santo Amaro, 255 – São Paulo/SP – CEP 01315-903, com **SR no. 02446** (carta sindical registrada no Ministério do Trabalho e Emprego sob nº DNT 26.261/40, registrada no livro no. 7 – fls.76) e inscrito no CNPJ sob o nº 61.726.618/0001-28, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Edson Ribeiro Pinto, brasileiro, casado, chefe de vendas, portador do CPF nº 004.225.768-91 e do RG nº 1.916.329, devidamente autorizado pela Assembléia Geral Extraordinária, realizada em São Paulo, à Rua Santo Amaro, 255 – 1º andar – Capital no período de 22/03/2011 à 05/05/2011 e assistido pelos advogados Dr. Nivaldo Pessini, inscrito na OAB sob o nº 24.775 e portador do CPF nº 020.104.968-68 e Dr. Alexandre Pazero, inscrito na OAB sob o nº 95.232 e portador do CPF nº 086.759.198-67

e

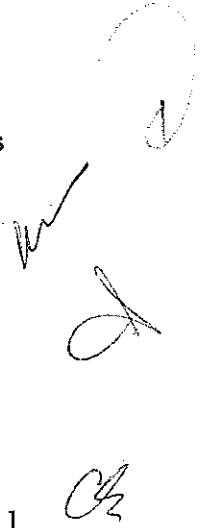
Sindicato Nacional dos Administradores de Consórcios com sede à Rua Avanhandava, 126 - 5º andar – São Paulo – CEP 01306-000, com **SR nº. 07586** (carta sindical registrada no Ministério do Trabalho e Emprego sob o nº 311.929/81) e inscrito no CNPJ sob nº. 43.058.148/0001-90, neste ato representado por seu Presidente Regional Sudoeste I, Sr. Luis Carlos Toscano Junior, CPF no. 107.792.278-75, devidamente autorizado pela Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 14/7/2015, à Rua Avanhandava, 126 – 5º andar – São Paulo – Capital e assistida pela advogada Dra. Marília de Castro Valente, inscrita na OAB sob o nº - 59.638 e portadora do CPF nº 014.567.218-28, firmam entre si, com base nos artigos 611 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho, a presente Convenção Coletiva de Trabalho, mediante as cláusulas abaixo que, reciprocamente, estabelecem e outorgam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de julho de 2015 a 30 de junho de 2017 e a data-base da categoria em 1º de julho.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) profissional, dos empregados vendedores e viajantes do comércio, empregados nas administradoras de consórcio representadas pelos sindicatos patronais signatários do presente acordo, com abrangência territorial no Estado de São Paulo, com abrangência territorial em SP.



Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO NORMATIVO

Fica assegurado para os empregados abrangidos por esta Convenção Coletiva de Trabalho, à exceção do menor aprendiz, um piso normativo que abrange todas as verbas remuneratórias, ou seja, parte fixa do salário, comissões, DSR e prêmios em geral, observados os seguintes valores e critérios:

Paragr. Único : PERÍODO DE VIGÊNCIA: 1º./07/2015 a 30/06/2016, assim especificados:

A) PISO NORMATIVO DE ADMISSÃO, subdividido em 2 (dois) períodos:

Para os primeiros 150 (cento e cinquenta) dias de contrato, isto é, até o 150º. dia (para possibilitar treinamentos, constatação de experiência, afinidade ao trabalho etc) = R\$ 937,00 mensais, observado o salário mínimo estadual em sua maior expressão.

B) PISO NORMATIVO DE EFETIVAÇÃO:

Para os contratos em continuação, na mesma administradora, após o 5º. mês, ou seja, a partir do 6º. mês, inclusive = R\$ 1.308,00.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - AUMENTO SALARIAL

As empresas concederão aumento salarial aos empregados abrangidos por esta Convenção Coletiva de Trabalho, a partir de 01.07.15, pela aplicação do percentual de 9,31%, incidente sobre os salários vigentes em 01.07.14, observados os termos da Clausula 38ª.

Pagamento de Salário - Formas e Prazos

CLÁUSULA QUINTA - INCIDÊNCIA DO AUMENTO SALARIAL

A majoração salarial constante da cláusula anterior será aplicada sobre as seguintes formas de remuneração:

a) salário fixo ou parte fixa do salário;

b) salário tarefa (quantias fixas por unidade vendida ou duplicata cobrada);

c) valores fixos mensais, ou tarifados, pagos a título de ajuda de custo, diárias ou cobertura de despesas;

d) quantia fixa mensal correspondente à média comissional garantida nos 03 (três), 06 (seis) ou 12 (doze) últimos meses, anteriores à transferência ou restrição de zona de trabalho, no caso de ocorrência destas hipóteses por ato unilateral do empregador, com redução de vantagens, devendo prevalecer a melhor média apurada com base nos critérios aqui estabelecidos.

CLÁUSULA SEXTA - COMPENSAÇÕES

As serem majorados os salários na conformidade das cláusulas 4ª, 5ª e 7ª, desta Convenção, serão compensados todos os reajustes, espontâneos ou compulsórios, concedidos pelas empresas após a última data-base.

Parágrafo único. Não serão compensados os aumentos decorrentes de promoção, mérito, antigüidade, transferência, equiparação salarial, implemento de idade e término de aprendizagem. ✓

CLÁUSULA SÉTIMA - EMPREGADOS ADMITIDOS APÓS A DATA-BASE ✓

Para os empregados admitidos após a data-base, deverão ser observados os seguintes critérios:

a) ao salário de admissão em funções com paradigma será aplicado o mesmo percentual de aumento salarial concedido ao paradigma, nos termos da presente Convenção, desde que não ultrapasse o menor salário da função.

b) em se tratando de função sem paradigma, a majoração salarial prevista nesta Convenção, será calculada de forma proporcional em relação à data de admissão. ✓

CLÁUSULA OITAVA - PAGAMENTO DE COMISSÃO E ESTORNO

A venda de cota de grupo de consórcio será considerada consumada (efetiva) com a confirmação de pagamento da quarta parcela mensal pelo consorciado. A comissão devida ao empregado pela venda da cota poderá ser paga de uma só vez ou em parcelas, conforme ajuste entre as partes.

Parágrafo 1º Havendo pagamento de parcela ou parcelas de comissão ao vendedor antes de confirmado o recolhimento da quarta parcela pelo consorciado, e se nesse lapso de tempo o consorciado desistir de participar do grupo, o empregador terá direito de estornar ou ter restituída à importância paga relativa a parcela ou parcelas de comissão.

Parágrafo 2º Se a desistência for posterior ao pagamento da quarta parcela devida pelo consorciado, não caberá estorno ou devolução da comissão paga, ressalvada a hipótese de a venda da cota apresentar defeito que torne nulo o negócio da venda da cota de grupo de consórcio.

Parágrafo 3º A restituição de comissão de que trata esta cláusula aplica-se, também, às hipóteses de a venda da cota ser cancelada antes da constituição do grupo de consórcio ou de pagamento da 1ª parcela e da taxa de adesão ter sido efetuado por meio de cheque sem provisão de fundos.

Parágrafo 4º A forma e modo de restituição de valores de que trata esta cláusula serão previamente ajustadas entre o empregador e o empregado comissionista, não podendo ultrapassar a 30% (trinta por cento) da remuneração líquida mensal do empregado. ✓

CLÁUSULA NONA - DEMONSTRATIVO DAS VENDAS E COMISSÕES

Quando do pagamento de comissões a que fizer jus o empregado, a empresa fornecerá o respectivo demonstrativo das vendas por ele realizadas e comissões a ele creditadas ou pagas. ✓

CLÁUSULA DÉCIMA - SALÁRIO ADISSIONAL ✓

Ao empregado admitido para a mesma função de outro dispensado sem justa causa, será garantido, sem considerar as vantagens pessoais, o pagamento do salário fixo ou parte fixa de salário misto ou salário tarefa, ou valores fixos mensais ou tarifados pagos a título de ajuda de custo, diárias ou coberturas de despesas do empregado substituído. ✓

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS COMISSÕES NO CÁLCULO DAS VERBAS REMUNERATÓRIAS

Fica assegurada a aplicação da média de 03, 06 ou 12 meses (a que for maior) em todos os cálculos trabalhistas em que for devida a apuração por média sobre o salário variável.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - MORA SALARIAL (ATRASO NO PAGAMENTO DE SALÁRIOS)

Ocorrendo a reincidência pela empresa de não pagamento dos salários até o 5º (quinto) dia útil de cada mês subsequente ao vencido, será aplicada a multa no valor de uma diária do salário do empregado, por dia de atraso, limitada em seu total a um salário nominal vigente à data da infração, revertida em favor do empregado prejudicado. ✓

Salário produção ou tarefa

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - REMUNERAÇÃO POR COBRANÇA ✓

Fica assegurado ao empregado, o pagamento de 1/10 (um décimo) da comissão contratada, sobre as vendas que o vendedor tiver que cobrar, quando tal tarefa não houver sido estipulada no contrato de trabalho.

Parágrafo único. Para os efeitos do disposto nesta cláusula, não serão considerados os valores relativos à primeira parcela do grupo e/ou taxa de adesão pagos pelo consorciado quando de seu ingresso no grupo de consórcio. ✓

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PAGAMENTO DO QUILOMETRO RODADO ✓

Para o pagamento, pelas empresas, do quilômetro rodado, nos casos em que seja exigido, do empregado o uso de veículo próprio, na sua atividade, deverão ser observados os seguintes critérios de cálculo:

- a) veículos a álcool: 34% (trinta e quatro por cento) do preço do litro de álcool, por quilômetro rodado.
- b) veículos a gasolina: 26% (vinte e seis por cento) do preço do litro de gasolina, por quilômetro rodado.
- c) veículos a gás ou misto: 15% (quinze por cento) do preço do metro cúbico de gás, por quilômetro rodado.
- d) Motocicleta: 15% (quinze por cento) do preço do litro da gasolina, por quilômetro rodado.
- e) No caso de veículo "Flex" (álcool/gasolina), a tarifa indenizatória aqui estipulada será calculada a razão de 34% do preço do litro do álcool, por quilômetro rodado.

Parágrafo 1º Caberá à empresa o controle da quilometragem, a ser efetuado por uma das seguintes formas, exemplificativas, a seu critério:

- a) conferência de anotação em relatórios elaborados pelo vendedor;
- b) leitura do velocímetro do veículo; ou
- c) qualquer outra forma de controle a escolha da empresa, inclusive, por estimativa.

Parágrafo 2º Nos respectivos valores do quilômetro rodado, estabelecidos nesta cláusula, estão incluídas as estimativas de despesas com combustíveis, troca de óleo, depreciação e manutenção do veículo.

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including a large circle, a signature, and the number 5.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO SEGURO DO VEÍCULO ✓

Ressalvadas as condições mais favoráveis já existentes, de comum acordo entre as partes, quando o empregado efetuar o seguro do veículo de sua propriedade utilizado para o exercício da atividade profissional, caso a empresa reembolse mediante comprovante, 100% (cem por cento) do valor desembolsado no referido seguro, limitado ao valor pago por um seguro de veículo nacional, excluídos os modelos de luxo, ficam elas desobrigadas do pagamento dos danos cobertos no citado seguro, no período de vigência do seguro. ✓

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Auxílio Morte/Funeral

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - AUXÍLIO - FUNERAL, ✓

No caso de falecimento de empregado que perceba remuneração mensal de até 1 (um) salário normativo, a empresa pagará a título de Auxílio Funeral, juntamente com o saldo de salários e outras verbas trabalhistas remanescentes, a quantia correspondente a um e meio salários normativos de admissão da categoria ora acordante, vigentes à data do falecimento no caso de morte natural ou acidental.

Em caso de morte por acidente de trabalho, a empresa pagará, nas mesmas condições desta cláusula dois e meio salários de admissão da categoria acordante. Não se aplica esta cláusula às empresas que adotem sistema de seguro de vida em grupo. ✓

Auxílio Creche

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - AUXÍLIO CRECHE

A empresa onde trabalharem 15 ou mais empregadas pertencentes à categoria diferenciada ora acordante, e que não possua creche própria, poderá optar entre celebrar o convênio previsto no parágrafo 2º do art. 389 da CLT, ou reembolsar diretamente à empregada as despesas havidas com a guarda, vigilância e assistência de filho legítimo ou legalmente adotado, em creche credenciada, estabelecimento similar ou pessoa devidamente identificada, de sua livre escolha, sempre mediante comprovação dos respectivos recibos de pagamentos, até o limite de 40% (quarenta por cento) do salário normativo de efetivação, previsto neste acordo, por mês, por filho (a) com idade de 0 (zero) até 6 (seis) meses, em qualquer dos períodos desta convenção.

2
= 6 OK

Parágrafo 1º O auxílio creche objeto desta cláusula não integrará, para nenhum efeito, o salário da empregada.

Parágrafo 2º Estão excluídas do cumprimento desta cláusula as empresas que tiverem condições mais favoráveis, ou acordos específicos celebrados com o SINDICATO representativo da categoria profissional ora acordante.

Parágrafo 3º O reembolso previsto nesta cláusula beneficiará somente aquelas empregadas que estejam em serviço efetivo na empresa. ✓

Outros Auxílios

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - COMPLEMENTAÇÃO DO AUXÍLIO PREVIDENCIÁRIO ✓

Ao empregado em gozo de benefício do auxílio previdenciário ou acidentário fica garantida, entre o 16º (décimo sexto) e o 45º (quadragésimo quinto) dia de afastamento, uma complementação de salário em valor equivalente à diferença entre o efetivamente percebido da Previdência Social e o salário nominal, respeitado sempre, para efeito de complementação, o limite máximo de contribuição previdenciária. Entende-se por salário nominal o salário fixo, acrescido da média comissional e dos DSR's calculados na forma da cláusula 11ª desta convenção.

a) não fará jus à complementação prevista nesta cláusula o vendedor que tiver direito a comissões relativas a venda de cota de consórcio durante o seu afastamento previdenciário e se estas forem superiores à totalidade da complementação referida nesta cláusula.

b) se as referidas comissões forem inferiores ao valor da complementação, fará jus apenas ao diferencial entre as comissões e o valor da complementação. ✓

Contrato de Trabalho - Admissão, Demissão, Modalidades

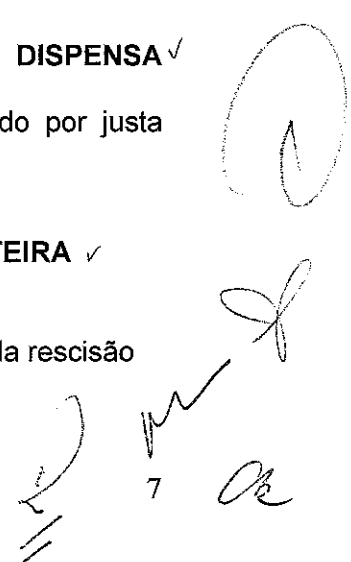
Desligamento/Demissão

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - CARTA AVISO DE DISPENSA ✓

Entrega, contra recibo, de carta-aviso de dispensa ao empregado demitido por justa causa, apontando o fundamento da dispensa. ✓

CLÁUSULA VIGÉSIMA - ENTREGA DE RELAÇÃO DE PEDIDOS EM CARTEIRA ✓ PENDENTES DE QUITAÇÃO, NA RESCISÃO

As empresas deverão entregar a seus empregados, no ato da homologação da rescisão



do contrato de trabalho ou do acerto de contas, relação dos pedidos que ficaram pendentes em carteira.

Parágrafo único. O não cumprimento desta cláusula implicará aplicação de multa a favor do empregado prejudicado no importe de 5% do salário normativo de admissão, previsto neste acordo. ✓

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DESPEDIDA - CARTA DE REFERÊNCIA ✓

Em ocorrendo dispensa sem justa causa, e desde que não conste nenhum fato que desabone a conduta do empregado desta categoria, durante a relação de emprego, a empresa fornecerá carta de referência ao mesmo quando de seu desligamento, quando solicitado. ✓

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - PRAZO PARA PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS E MULTA POR DESCUMPRIMENTO ✓

Nas rescisões contratuais sem justa causa e nos pedidos de demissão, o acerto de contas e homologação serão providenciados pela empresa nos prazos e condições previstos na Lei nº 7.855, de 24/10/89, ou seja:

- a) até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato; ou
- b) até o décimo dia, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência do aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa de seu cumprimento.

A multa por descumprimento desta cláusula fica subordinada às disposições da Lei nº 7.855, de 24/10/89, ou norma legal superveniente. ✓

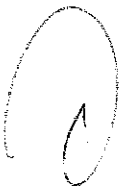
Aviso Prévio

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - EMPREGADO COM 45 ANOS DE IDADE OU MAIS - AVISO PRÉVIO DE 60 (SESSENTA) DIAS ✓

No caso de rescisão do contrato de trabalho sem justa causa, por parte do empregador, aos empregados com 45 (quarenta e cinco) anos ou mais, e que, concomitantemente, tenham pelo menos dois (2) anos de serviços ininterruptos na atual empresa, fica garantido um aviso prévio de 60 dias. (Precedente SDC - TST nº 076 - Resolução Administrativa 37/92).

Parágrafo 1º. - No caso de aviso prévio trabalhado, os empregados abrangidos pelas disposições desta cláusula, deverão cumprir apenas 30 dias de aviso prévio, sendo indenizados pelo que exceder.

Parágrafo 2º. - Considerando-se o advento da Lei 12.506/11, quanto ao aviso prévio proporcional, em confronto com a presente cláusula, aplica-se sempre a situação mais favorável ao empregado.



Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação ✓

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - VANTAGENS ADVINDAS DE LEI NOVA ✓

A promulgação de legislação ordinária e/ou complementar regulamentadora, dos preceitos constitucionais ou consolidados, substituem, quando cabível, direitos previstos nesta *Norma Coletiva*, salvo quando estas forem mais favoráveis.

**Relações de Trabalho - Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades
Estabilidade Aposentadoria**

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - EMPREGADOS EM VIAS DE APOSENTADORIA ✓

Ao empregado dispensado sem justa causa e que possua mais de 05 (cinco) anos, ininterruptos, de trabalho na atual empresa e a quem, concomitante e comprovadamente, falte o máximo de até 24 (vinte e quatro) meses para aquisição do direito à aposentadoria integral e desde que o empregado tenha comunicado, por escrito, e comprovado à empresa esse seu direito, no período do aviso prévio (indenizado ou cumprido), será garantido emprego ou salário durante o período que faltar para aposentar-se, até o prazo máximo correspondente àqueles 24 meses. Adquirido o direito, extingue-se a garantia.

Parágrafo 1º. – Caberá a empresa, na comunicação da dispensa, determinar ao empregado faça a comprovação da sua situação previdenciária, no prazo a que se refere o "caput".

Parágrafo 2º. - A interrupção de trabalho somente será considerada como excludente da garantia, quando for superior a 90 (noventa) dias.

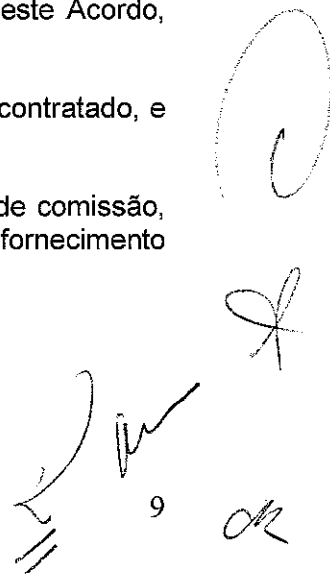
Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - CÓPIA DO CONTRATO ESCRITO OU ANOTAÇÃO ✓
NA CTPS**

As empresas fornecerão aos empregados admitidos a partir da vigência deste Acordo, mediante recibo de entrega, alternativamente e a seu critério:

a) cópia do Contrato de Trabalho em que conste o percentual de comissão contratado, e seus eventuais aditamentos ou tabelas de comissões; ou,

b) anotação na Carteira de Trabalho (CTPS) do empregado do percentual de comissão, podendo, também, se necessário complementar a aludida anotação com o fornecimento de tabela (s) de comissões.



Handwritten signatures and initials in the bottom right corner of the document, including a large circular mark and several distinct signatures.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - FOLGA COMPENSATÓRIA ✓

Toda vez que o trabalhador for destacado para *Feiras, Congressos, Cursos*, plantão de vendas que recaírem no sábado, domingo ou feriado, ser-lhe-á assegurada folga compensatória em número de dias correspondentes ao da realização de referidos eventos, cujo gozo será ajustado entre o trabalhador e a empresa.

Outras estabilidades

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - GARANTIA DE EMPREGO OU SALÁRIO AO EMPREGADO COM ALTA DO INSS - 60 DIAS. ✓

Garantia de emprego ou salário, a partir da alta previdenciária, ao empregado afastado, até o limite máximo de 60 (sessenta) dias, excluídos os casos de contrato por prazo determinado, inclusive de experiência, rescisão por justa causa, acordo entre as partes, ou pedido de demissão e desde que o empregado não se encontre em cumprimento de aviso prévio, salvo existindo lei mais favorável, hipótese em que se aplica a Lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - ESTABILIDADE DA GESTANTE ✓

Fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa, da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até 5 (cinco) meses após o parto, salvo despedimento por justa causa, término de contrato de trabalho por prazo determinado, inclusive de experiência, pedido da própria empregada ou acordo entre as partes.

Férias e Licenças

Duração e Concessão de Férias

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - FÉRIAS - INÍCIO ✓

O início das férias, coletivas ou individuais, integrais ou parceladas, não poderá coincidir com sábados, domingos, feriados ou dias pontes já compensados.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - ATESTADOS MÉDICOS

Reconhecimento pelas empresas que não mantenham serviço médico próprio ou através de convênio, de atestados médicos fornecidos pelos médicos do sindicato, para abono de faltas.

Parágrafo único: O atestado médico de afastamento deverá ser apresentado ao empregador no prazo de 72 horas, a conta de sua emissão. ✓

Outras Normas de Proteção ao Acidentado ou Doente

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO MÉDICO ✓ CONCEDIDO PELO EMPREGADOR, EM CASOS DE AFASTAMENTO

Ao empregado afastado por doença e/ou acidente do trabalho, em gozo do respectivo benefício previdenciário, será garantida a manutenção, inclusive pelo tempo que perdurar tal situação, do convênio médico eventualmente concedido pelo empregador, nos mesmos moldes e condições vigentes no período anterior ao afastamento, sem qualquer carência, além da continuidade de tal condição após o retorno normal ao serviço.

Parágrafo Único - Fica excluído do benefício desta cláusula o empregado que pedir demissão no curso do afastamento, a partir da data do pedido ainda que este se efetive, após sua alta.

Relações Sindicais

Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DIVULGAÇÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE ✓

As empresas permitirão, desde que solicitada pelo SINDICATO dos Empregados acordante, a utilização do quadro de avisos, para afixação de ofícios de interesse da categoria, assinados por sua Diretoria. Esta permissão está condicionada à aprovação do texto pela direção da empresa.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - RETENÇÃO E RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DEVIDA PELA CATEGORIA CONFORME ART. 513, "E" – CLT APROVADA PELA ASSEMBLÉIA DE TODOS OS MEMBROS DA CATEGORIA PROFISSIONAL, SEM QUALQUER RESSALVA A QUALQUER TÍTULO.

As empresas descontarão, nos termos de decisão da Assembléia Geral de todos os membros da categoria, 5% (cinco por cento) dos salários do mês de **agosto de 2015 (referente ao período de 1/7/2015 a 30/6/2016) e nos salários de agosto de 2016 (referente aos que vigerem naquele mês, inclusive os devidamente atualizados seja por aditamento, nova convenção ou sentença em dissídio coletivo, para o período de 1/7/2016 a 30/6/2017)**, de cada um dos empregados da categoria diferenciada, associados ou não ao Sindicato dos Empregados, a título de contribuição devida pela categoria (art. 513 – "e" – CLT), entendendo-se como salário a parte fixa, comissões e percentagens, com apoio na antiga redação do Precedente Normativo nº 21 do TRT/SP.

Sendo o valor resultante do cálculo acima, limitado ao importe máximo (teto) de 1 (um) salário normativo de efetivação vigente na data base (respectivamente: **Julho/2015 e julho/2016**), por empregado.

Tais contribuições deverão ser recolhidas pelas empresas **até 10 de setembro de 2015, referente ao descontado em agosto/2015 e até 10 de setembro de 2016, referente ao descontado em agosto/2016**, através de guias próprias fornecidas pelo Sindicato junto à Caixa Econômica Federal ou estabelecimento bancário eventualmente indicado, com a necessária antecedência pelo Sindicato dos Empregados.

O não recolhimento nos prazos citados, acarretará ao empregador o pagamento de multa de 15% (quinze por cento) sobre o montante não recolhido, devidamente corrigido pelos índices de correção dos débitos trabalhistas (E.TRT-SP), ou equivalente, e, juros de mora de 1% (um por cento) ao mês sobre o total, limitados esta multa e juros, em seu total, a 5 (cinco) salários do empregado, vigentes à data do efetivo pagamento.

No prazo de 30 dias do recolhimento de cada uma dessas contribuições, conforme os respectivos períodos, a empresa encaminhará ao Sindicato dos Empregados uma relação contendo os nomes dos empregados da categoria, a remuneração total recebida sobre a qual incide o desconto e os respectivos valores recolhidos.

Esta verba visa o reforço dos fundos sindicais de representação: para a presente negociação coletiva, para o treinamento e formação profissional dos membros da categoria através do Nuclave - Núcleo de Aperfeiçoamento em Vendas e para manutenção dos demais serviços do Sindicato, inclusive lazer do trabalhador, como Colônia de Férias e afins.

Fica **garantida a manifestação dos empregados**, integrantes da categoria profissional, por escrito, de oposição ao desconto, **perante o SINDICATO dos Empregados**, com cópia à empresa, sendo que o mesmo deverá fazê-lo (pena de presunção de concordância), do dia 15 (**QUINZE**) até o dia 25 (**VINTE E CINCO**) de agosto, seja de 2015, seja de 2016, conforme o ano a que se referir o desconto. ✓

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - REMESSAS DE RELAÇÃO ✓

As empresas, por ocasião do recolhimento das Contribuições Sindicais e da contribuição devida pelos membros da categoria, conforme letra "e" do art. 513 - CLT, deverão remeter ao Sindicato Suscitante relação completa, nominal, dos membros da categoria sujeitas a esta Convenção, citando os respectivos valores remuneratórios (fixo, comissões, prêmios, etc.), no prazo de 30 dias. (Precedente do SDC - TST n. 041, Resolução Administrativa 37/92).

Disposições Gerais

Aplicação do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - MULTA ✓

Multa de 10% (dez por cento) do Salário Normativo de admissão da categoria, por infração, pelo descumprimento das cláusulas previstas nesta Convenção Coletiva, excluídas desta penalidade as que possuam penalidades específicas neste Acordo ou na Lei, revertida essa multa em favor do empregado prejudicado.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - DEPÓSITO DESTE PELO SISTEMA DA S.R.T- 2ª. ✓ REGIÃO

As partes se obrigam a assinar os termos do presente, nos moldes do sistema adotado pela Superintendência Regional do Trabalho, com depósito da convenção via MEDIADOR do Ministério do Trabalho.

Outras Disposições

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DISPOSIÇÕES GERAIS/ VIGÊNCIA ✓

Dois (02) anos, sendo o primeiro período a partir de 1º de julho de 2015 a 30 de junho de 2016 e o 2º período de 1º de julho de 2016 a 30 de junho de 2017, com exceção das cláusulas 3ª. e 4ª., cuja vigência é de 1º./07/2015 a 30/06/2016. Datas base: 1º/07/15 e 1º/07/16.

Fica certo que as Cláusulas 3ª. e 4ª., seu parágrafo e alíneas, serão renegociadas, no período próprio, para o período de 1º./07/2016 a 30/06/2017, e, sendo o caso, efetivada mediante ADITAMENTO ao presente, obrigando-se, desde já, as partes a sentarem-se a mesa de negociações para o estabelecimento do reajuste e valor do piso para o citado período.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - DIA DO VENDEDOR ✓

As empresas comemorarão, em todo 1º de outubro, da forma como lhe convier, junto a seus vendedores e demais membros desta categoria, o *DIA NACIONAL DO VENDEDOR*. (Lei Estadual nº 13.048, 3/06/2008). ✓

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - LOCAL DE HOMOLOGAÇÃO

Fica determinado às empresas situadas na chamada grande São Paulo, ou seja, em São Paulo, Osasco, Barueri, Guarulhos, Santo André, São Bernardo do Campo, Diadema e São Caetano do Sul que, salvo força maior ou motivo relevante, efetuem a homologação das rescisões dos empregados desta categoria, no Sindicato Suscitante.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA – IGUALDADE SALARIAL

As empresas deverão assegurar a igualdade de tratamento salarial, do mesmo cargo, independentemente de sexo, raça, idade, nacionalidade, estado civil, opção sexual, religião, convicções políticas ou filosóficas, sem consideração das vantagens de natureza pessoal, respeitada a estrutura hierárquica.

São Paulo, 30 de Julho de 2.015.


EDSON RIBEIRO PINTO

Presidente

SIND DOS EMPREG VENDED VIAJANTES NO COM EST SAO PAULO


NIVALDO PESSINI

OAB/SP 24.775


ALEXANDRE PAZERO

OAB/SP 95.232


LUIS CARLOS TOSCANO JUNIOR

Diretor

SINDICATO NACIONAL DOS ADMINISTRADORES DE CONSÓRCIO


MARILIA CASTRO VALENTE

OAB/SP 59.638

SINDICATO NACIONAL DOS ADMINISTRADORES DE CONSÓRCIO